



Os professores na reconstrução do Brasil



**Somente o idealismo
explica a resistência
dos professores e a
sua importância na
reconstrução do País**

PÁGINA 05

Ensino Médio

Entrevista com Renato Janine
Ribeiro, presidente da SBPC

PÁGINA 06

Luta

Recomposição salarial e
valorização dos professores

PÁGINA 09

EDITORIAL

Carta ao leitor

A comunicação sindical conhecida hoje no Brasil é resultado de um processo histórico que pode ser analisado na perspectiva de, pelo menos, cinco grandes fases. A primeira delas, entre o final do Século XIX e começo do Século XX, foi influenciada pela imprensa anarquista, marcada pelos panfletos impressos que abordavam temas políticos e de combate ao sistema capitalista. A segunda fase teve como característica a presença de comunistas nas estruturas sindicais. A terceira, à época do Golpe de 1964, foi do silenciamento dos movimentos sindicais, o que deu origem à imprensa alternativa. A quarta fase (década 1980), é a do ressurgimento da luta sindical, quando o Brasil bate recordes de períodos de greve. A quinta fase, do final da década de 1990 até hoje, marca a comunicação sindical impulsionada pela capacidade de novas e diversificadas ferramentas de comunicação, impondo aos sindicatos uma adaptação aos novos formatos de disseminação e consumo de informação.

O ADverso surge com o propósito de trazer um discurso adverso, crítico, autônomo e independente, que representasse a voz dos professores. Ao longo dos anos, transitou entre os formatos de revista e jornal, com pautas de luta, de reflexão política e de momentos sociais e de comemoração. São mais de 30 anos de um instrumento de comunicação

sindical que tenta manter vivo o espírito da defesa da educação pública e dos professores.

Esta edição traz, pela primeira vez, um jornal pensado na lógica da comunicação digital. Um jornal socialmente responsável em muitos sentidos. Primeiro, no compromisso de manter vivo o espírito combativo da luta sindical, segundo, de se adequar aos novos perfis e aos novos tempos do consumo de informação e, terceiro, de gerar cada vez menos material impresso. Afinal, a história da comunicação sindical nos mostra que da época dos panfletos distribuídos nas portas das fábricas ao conteúdo adaptado para as redes sociais digitais só existe uma premissa a ser preservada: a autonomia dos sindicatos na disseminação de informação que vise à transformação e à justiça social.

Este novo ADverso também marca uma das características da Gestão 2022-2025 da ADUFRGS-Sindical, a qual entende que comunicação é relacionamento, é diálogo com as pessoas, em todos os ambientes, de forma responsável e construtiva. Uma comunicação autoral, feita por profissionais com competência e vivência acadêmica, profissional e política.

Nesse cenário, desejamos uma boa leitura e convidamos leitoras e leitores a estarem conosco em nossos ambientes físicos e digitais, lutando pela educação pública, gratuita e de qualidade.

EXPEDIENTE



COMUNICAÇÃO

Supervisão Geral
Ana Karin Nunes

Coordenador
Sandro Santos

Jornalistas
Letícia Castro
Simone Ramos

Designer
Bruno Mattarollo

Edição Multimídia
Artur Orestes

Relações Públicas
Patrícia Ramos

DIRETORIA GESTÃO
2022-2025

Presidente
Jairo Alfredo Genz Bolter

Vice-Presidente
Ana Boff de Godoy

1º Secretária
Regina
Rigatto Witt

**2º Secretário e
Diretor Social
e Cultural**
Aduino Locatelli
Taufer

1º Tesoureiro
Eduardo Rolim
de Oliveira

**2º Tesoureiro
e Diretor de
Assuntos
Jurídicos**
Paulo Xavier

**Diretora de
Assuntos da
Carreira do
Magistério
Superior**
Elizabeth de
Carvalho Castro

**Diretor de
Assuntos da
Carreira do
Ensino Básico,
Técnico e
Tecnológico**
Roger Sauandaj
Elias

**Diretora de
Comunicação**
Ana Karin
Nunes

**Diretora de
Assuntos de
Aposentadoria
e Previdência**
Mariliz
Gutterres

**Diretora de
Relações
Sindicais**
Maria Cristina
Martins

Projeto Gráfico e Diagramação
Bianca Weschenfelder

Tiragem 500 exemplares **Publicação** Trimestral

Sede - Rua Barão do Amazonas,
1581 | Jardim Botânico
Porto Alegre/RS | (51) 3228-1188

Sede Vale - Av. Bento Gonçalves,
9500 | Prédio 43606-Sector 2
Porto Alegre/RS | (51) 3308-7388

adufrgs@adufrgs.org.br

ADUFRGS, sindicato que luta e cuida

A Adufrgs-Sindical é uma entidade respeitada, com trânsito político e social consolidado, que atua com serenidade e responsabilidade. Dentre as entidades sindicais brasileiras, poucas conseguiram se constituir e se consolidar como a Adufrgs. Com visão política e responsabilidade administrativa e financeira, as direções do Sindicato guiaram-no, nestes 45 anos, conectadas com sua base social e sindical. As gestões movimentaram a entidade de forma estratégica, para que ela nunca se afastasse dos seus ideais e objetivos. Compreender e entender esses processos, da origem aos dias atuais, é o principal desafio da atual gestão.

Precisamos continuar administrando a Adufrgs-Sindical sem perder de vista seu horizonte de luta e ação. Entretanto, necessitamos ir além das tradicionais movimentações. A nossa base se ampliou, não só no que tange à representação institucional e territorial como também nos quesitos geracionais e identitários. Temos uma base heterogênea e muito diversa, que requer um Sindicato de luta e de compromisso com a

qualidade de vida dos seus filiados.



Os problemas vivenciados hoje pelos nossos associados são diferentes de 40, 20 ou 10 anos atrás

Desde a transformação que levou a nossa entidade a ampliar o horizonte de atuação, deixando de ser uma associação para ser uma entidade sindical, a Adufrgs tem diversificado sua atuação política, social e administrativa. Cuida dos associados, oferecendo serviços especiais e momentos de convivência, sem deixar de promover e financiar a luta política em defesa da educação pública e da democracia.

Seguir neste rumo, lendo e interpretando o passado sem deixar de viver o presente olhando para o futuro, é o objetivo da Gestão 2022-2025. Manteremos a Adufrgs-Sindical presente na boa e importante luta, ampliando a oferta de serviços e benefícios que visem à segurança na carreira docente e a qualidade de vida dos filiados.

Nos manteremos presentes na luta em defesa da democracia e das nossas instituições, pilares para o desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural do País. É nossa obrigação lutar por um país mais responsável, justo, fraterno,

igualitário e soberano e para isso acreditamos que é preciso fortalecer a educação pública, gratuita e de qualidade. É central manter a luta por valorização dos docentes, de suas carreiras, salários e condições de trabalho adequado para o bom desenvolvimento de seus afazeres.

Por outro lado, buscaremos ampliar a nossa atuação na proteção aos nossos associados e seus familiares. Pretendemos continuar oferecendo serviços, atividades culturais, sociais e políticas, inovando no horizonte de atuação. Estamos buscando ampliar as nossas relações não só com empresas e profissionais autônomos, como também abriremos diálogo com as nossas instituições de ensino, que poderão, por meio de projetos em parceria, oferecer cuidados especiais aos professores ativos e aposentados. Os problemas vivenciados hoje pelos nossos associados são diferentes de 40, 20 ou 10 anos atrás e, certamente, serão diferentes dos que virão nos próximos anos. Por isso, pretendemos encontrar respostas plausíveis e exequíveis, de forma individual ou coletiva.



JAIRO BOLTER

Presidente da
ADUFRGS-Sindical



Nos manteremos presentes na luta

O sonho da educação e o papel dos professores

Dentre os sonhos do povo brasileiro está a educação como ponte para a ascensão social, redenção da família, futuro garantido de seus filhos. A educação como panaceia, o sonho de formar os filhos, concretude de trajetórias de vida de muitos e muitos pais e mães que viram seu direito subjetivo de estudar reiteradamente negado.

De fato, a educação promove possibilidades melhores de emprego e de geração de renda, ainda mais em um país como o Brasil, no qual há falta de trabalhadores especializados e onde o trajeto que leva ao ensino superior lembra mais um funil do que uma estrada.

Entretanto, a educação não é a solução redentora de todos os problemas. Sem dúvida que a escola pode promover a emancipação humana e participar do desenvolvimento de um país, mas para tanto é preciso que ela mesma deixe de ser atacada, precarizada, marginalizada e negligenciada como tem sido, historicamente, em nosso país.

Vimos com escândalo e indignação os últimos 4 anos no qual um governo federal, avesso às pautas da educação, cortou verbas do orçamento das instituições de ensino, feriu a autonomia e desrespeitou a democracia nas universidades e institutos federais. A precarização

só não foi maior pela inaptidão dos gestores de então.

Do entulho danoso à educação, enfrentamos agora a implantação do Novo Ensino Médio (NEM). A ADUFRGS-Sindical está engajada na mobilização pela revogação desse modelo que, no lugar de flexibilizar e dar direito ao protagonismo do aluno, desconstroi o currículo, desregulamenta a formação docente, expulsa a ciência da sala de aula e, assim, ameaça o futuro das juventudes e do país.

O modelo que se apresenta como alternativo ao NEM já está em execução e dando bons resultados há anos: trata-se do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio aplicado nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (os chamados IFs). Nos IFs os estudantes conciliam formação técnica e humana, em cursos de 3 a 4 anos, estando habilitados ao trabalho em suas áreas técnicas específicas ou ao prosseguimento de sua formação no nível superior. A profissionalização ali ganha novo sentido, não de mera preparação para o trabalho, mas de inserção qualificada, passo fundamental para o exercício da cidadania e para a emancipação humana.

Porém, não nos enganemos: a receita de sucesso dos IFs não é uma fórmula mágica. Ela passa, claro, pela qua-

lidade do seu corpo docente e técnico, e pelo engajamento de alunos e famílias, mas o grande salto só se concretiza com o investimento massivo de recursos públicos na educação. Salários adequados; incentivo à qualificação dos professores; condições de trabalho e de estudo; ambiente amplo, limpo e acolhedor; laboratórios equipados e corpo técnico capacitado. Eis a receita. Junte esses ingredientes a uma porção generosa de autonomia didático-pedagógica e de gestão financeira e temos na mesa os Institutos Federais e seus alunos com resultados equiparados aos dos países desenvolvidos.

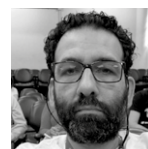
O sonho da educação, cantado despretensiosamente pelas nossas elites, mas acalentado com esmero pelo povo brasileiro, só se realizará com uma enxurrada fantástica de dinheiro nas escolas. As perspectivas atuais são inegavelmente melhores, o que não significa que podemos baixar a guarda. Neste processo de reconstrução do Brasil, o papel dos profissionais da educação, em especial dos professores, é o de trazer esse debate às comunidades, reivindicar melhores condições de trabalho e alertar para o papel fundamental que a educação tem e continuará tendo na construção de uma nação soberana.

“

A receita de sucesso dos IFs não é uma fórmula mágica

“

Neste processo de reconstrução do Brasil, o papel dos profissionais da educação, em especial dos professores, é o de trazer esse debate às comunidades



ROGER SAUANDAJ ELIAS

Diretor de Assuntos da Carreira do EBTT da ADUFRGS-Sindical

Educação pública e reconstrução do Brasil

ADUFRGS-Sindical e PROIFES-Federação debateram “O papel dos professores da educação pública na reconstrução do Brasil” no Fórum Social Mundial.



LETÍCIA CASTRO

Os debatedores foram o reitor eleito e não nomeado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rui Oppermann, o pró-reitor de Ensino no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS (IFRS), Lucas Coradini, a coordenadora do Núcleo de Inclusão e Diversidade (NID) da UFCSPA, Luiza Maria de Oliveira Braga Silveira, o professor titular da Faculdade de Educação da UFRGS, Fernando Seffner, o professor titular de História no IFCH-UFRGS (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Francisco Marshall, e a professora de Artes Visuais no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) Campus Sapucaia do Sul, Carla Giane Fonseca do

Amaral. Na assistência, professores, estudantes e autoridades, como o ex-prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, e o presidente da CUT RS, professor Amarildo Cenci.

Rui Oppermann começou o debate abordando características das universidades, contexto do Brasil no âmbito latino-americano e rankings internacionais “que guiam a forma como definimos qualidade sem levar em conta a extensão universitária e a pertinência social das universidades”. Também citou riscos como a mercantilização da educação, a precarização do trabalho, o desrespeito à autonomia universitária e a falta de financiamento para a educação superior.

Os ataques antidemocráticos de 8 de janeiro foram o ponto de partida de Carla Amaral. “É preciso construir a ideia de uma so-

cidade democrática, de direitos, de respeito, em que ter liberdade significa a consciência de não ultrapassar o limite do direito do outro”, exemplificou.

O professor Fernando Seffner destacou as diferentes realidades dentro da Educação: “Refeições feitas pelos alunos são criticadas e subestimadas como se não fossem parte do processo”. “Há um discurso silencioso, ou nem tanto, da questão do privado na educação”, também pontuou.

Francisco Marshall falou sobre a necessidade de retomar o discurso. “Um dos efeitos do período pelo qual passamos é o que vai contra a ciência”, afirmou. “Não é questão de opinadores. É preciso domínio dos fundamentos éticos e do método (científico). Reconstruir nossa base curricular. Carga crítica para curar mentes doentes”, refletiu.

A saúde também foi um tema trazido pela professora Luiza Silveira (UFCSPA), que falou sobre a potência das relações professor-aluno e afetos em uma cultura individualista, voltada para consumo, produto. “Quem vai mostrar o valor do diálogo será o professor”, disse a docente.

O pró-reitor de Ensino no IFRS, Lucas Coradini, alertou que os últimos anos mostraram “um outro mundo possível, inclusive para pior”, e que é preciso agir. Lembrou que se espera “um certo heroísmo”, que pesa para os docentes, mas acrescentou que “somente o idealismo explica a resistência dos professores e a sua importância na reconstrução do País”.

LEIA MAIS



Acesse as falas completas pelo QR Code.

Ensino médio e retomada do diálogo

O Jornal ADverso conversou com Renato Janine Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que falou sobre a necessidade de retomar o diálogo e construir pontes.

LETÍCIA CASTRO

O presidente da SBPC conversou com a Comunicação da ADUFRGS-Sindical logo após o governo federal suspender o cronograma de implementação do Novo Ensino Médio, que deveria ocorrer de forma escalonada até 2024. Como ex-ministro da Educação, Janine avaliou o cenário da política criada pela Lei 13.415 de 2017, no governo de Michel Temer. O objetivo era tornar a etapa mais atrativa, implantar o ensino integral e evitar evasão, mas há críticas de estudantes e especialistas.

Como o senhor avalia o papel dos professores dentro do atual cenário?

O pessoal que defende a manutenção da reforma do ensino médio procura apresentá-la como se já estivesse dando frutos, quando sabemos que falta muito para isso. Não há sequer salas de aula suficientes, nem equipamento ou professores. Matérias como sociologia e filosofia foram suprimidas com argumentos muito ruins, de que não aumentam o Produto Interno Bruto [PIB]. Mas são importantes para pensar, fazer pesquisas novas. Está se falando muito em uma aula chamada 'O que rola por aí', em que o professor iria discutir o que está no jornal, o que está acontecendo, 'rolando' por aí. O nome não me incomoda, achei até bem humorado, mas é muito vago. E como isso se conecta com todo o resto? A escola tem que estar articulada.

O senhor acredita que as instituições federais de ensino superior podem ser propulsoras do desenvolvimento do País nas áreas de geração de emprego, renda e bem-estar social?

Olha, faz mais ou menos 20 ou 30 anos que a educação está sendo valorizada no Brasil. Isso é muito positivo, mas

colocou um peso gigantesco nos educadores, trazendo um peso sobre os ombros dos professores individualmente e da categoria como um todo. O mais adequado seria ter visto qual a demanda de cada setor e em função disso desenhar os programas.

De que forma os professores podem interagir com a sociedade para retomada do conhecimento do direito à cidadania e da importância da democracia?

Eu diria que o primeiro ponto tem que ser uma injeção de realidade e verdade. Temos que escutar todos os lados. Então tem um lado que não vê a realidade porque está vendo só o que poderá ter de bom e outro que [também] não vê porque só vê o ruim.

Como fazer essa ponte?

Na prática, é bem difícil. Há pessoas que se dedicam a melhorar a educação pública. E há pessoas que desenvolvem conhecimento, por exemplo, em Stanford. É o caso da Fundação Lemann. Vão estudar na Califórnia o que deve ser feito na educação brasileira. Acho muito difícil ter relações francas, sinceras, simpáticas, entre essas pessoas e as que ficaram aqui, ralando na sala de aula. São universos muito diferentes.

Como o senhor vê esse período em que vivemos em relação à democracia?

Com alívio, mesmo que ainda com preocupação. Desde 1º janeiro voltamos a lidar com 'gente grande'. O Brasil voltou a ter governantes que falam coisa com coisa, melhorou de nível. No poder público temos pessoas mais capacitadas, que você pode discordar, mas sabe que elas entendem o que está sendo tratado e os propósitos são bons. Evidentemente há coisas a serem negociadas.

JARDEL RODRIGUES, SBPC, DIVULGAÇÃO



Estão falando muito em uma aula chamada 'O que rola por aí'. O nome eu achei até bem humorado, mas é muito vago. Como isso se conecta com todo o resto?

RENATO JANINE RIBEIRO

Presidente da SBPC

Cooperativismo de crédito: mercado potencial

O sucesso do cooperativismo de crédito não é novidade no Brasil.

SIMONE M. RAMOS

Foi em 1902, na cidade gaúcha de Nova Petrópolis, que o padre suíço Theodor Amsstad e outros 19 pequenos produtores fundaram a 1ª Cooperativa de Crédito da América Latina. Desde então, essa forma de organização econômica democratizou o mercado e garantiu a inclu-

são de milhões de pessoas físicas e jurídicas no sistema financeiro. Diferente das demais instituições financeiras, os associados fazem parte da gestão das cooperativas, têm cotas capitais e participam dos lucros e resultados.

Atualmente, o País ocupa a 13ª posição no segmento Cooperativismo de Crédito no Mundo. Somente em 2021, foram registradas 763 cooperativas brasileiras,

que juntas atendem 14 milhões de cooperados e nesse período geraram 89 mil empregos diretos. Nesse cenário, as cooperativas de crédito representam 17% das agências bancárias e figuram entre as maiores instituições financeiras do Brasil.

Essa expansão impactou na melhoria da qualidade de vida, independência e autonomia das pessoas.

Fomento ao cooperativismo e a um novo sistema financeiro

Com o slogan “Lute e Coopere por um novo sistema financeiro”, a ADUFRGS-Sindical e a CRESOL lançaram mais uma etapa dessa parceria, que ultrapassa dois anos. Os filiados e filiadas que abrirem conta na cooperativa de crédito serão sócios do banco, terão acesso às melhores soluções financeiras e podem lucrar com os resultados. A CRESOL conta com agências de relacionamento em 18 estados brasileiros e beneficia cerca de 800 mil famílias.

No acordo com a CRESOL, os professores são isentos da taxa de manutenção de conta por 12 meses. Também existe a possibi-

lidade do cooperado trocar a taxa de serviço pela integralização em cota capital, o que pode gerar rentabilidade para o futuro.

O presidente da ADUFRGS-Sindical, Jairo Bolter, comemorou o sucesso da parceria. “Além de beneficiar os filiados, esse sistema de crédito cooperativo permite que o dinheiro aplicado retorne para a comunidade. Nós professores estamos ajudando a financiar projetos e gerar emprego nas regiões onde as cooperativas estão instaladas”, manifestou.

Para o vice-presidente da CRESOL, Gelson Ferrari, a parceria não só fortalece o coope-

rativismo de crédito em Porto Alegre, como consolida a união entre ambas. “Nossa cooperativa oferece as melhores soluções financeiras e ainda contribui com o desenvolvimento social e econômico do Estado”, salientou.

O diretor Eduardo Rolim de Oliveira, Tesoureiro da ADUFRGS-Sindical, explica que a nova fase vai proporcionar aos filiados o acesso a um sistema financeiro cooperativo com menores taxas e melhores condições de crédito e financiamento. “A parceria com a CRESOL também promove a economia sustentável”, completou.

**LUTE E
COOPERE
POR UM
NOVO SISTEMA
FINANCEIRO**

Para saber mais sobre os benefícios e aderir ao convênio, acesse:

adufgrs.org.br/parceria-cresol

ou acesse pelo QR Code ao lado



APONTE A CÂMERA



Por uma sociedade educada

Os últimos 35 anos foram marcados por importantes iniciativas políticas voltadas à aprendizagem escolar. A Constituição de 1988 foi apelidada de constituição cidadã por ter como seu corpo estruturante a centralidade dos direitos sociais. Dentre eles, destaca-se o direito à educação. Logo após a 2ª guerra, a Declaração Universal dos Direitos Humanos já antecipava que a educação era elemento essencial para garantir direitos e liberdade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1986, em seus artigos 2º e 3º explicitam os objetivos do ensino de forma bastante abrangente, indicando-a como um direito humano. O atual PNE buscou operacionalizar estes propósitos, estabelecendo metas e recursos, materiais e humanos. Em qualquer desses documentos está explícito que há a necessidade de bons professores, a necessidade da valorização desses profissionais com planos de carreira, piso salarial, formação inicial e continuada.

O 11º Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos - *Teaching and Learning: achieving quality for all* (2014) mostrava que o Brasil, ainda que tenha

aumentado o investimento nesse setor, estava extremamente atrasado em relação aos objetivos propostos pelo movimento Educação para Todos, aprovados na Conferência de Jomtiem, em 1990.

Elementos fundamentais oriundos das 10 metas a serem atingidas até o ano 2000 foram incorporados pela LDB, em 1996, no entanto, relatórios posteriores mostram que esse caminho tem sido extremamente tortuoso e difícil de ser trilhado.

Os PNEs de 2001 e de 2014 se apresentaram como tentativas de recuperar o tempo perdido. Os embates entre interesses mercantilistas e as disputas ideológicas se interpuseram aos interesses sociais. O caminho para a superação dos entraves implica opção por investimento prioritário na educação básica pública. Para garantia desse pressuposto, o estado deve oferecer condições de ingresso, permanência e êxito aos alunos: bons equipamentos escolares, assistência estudantil e professores bem formados e estimulados. Para atrair os bons quadros torna-se urgente o reconhecimento social dessa profissão; que a carreira seja atraente, com incentivos à formação per-



A formação de bons profissionais para o magistério do nível básico precisa igualmente de excelentes professores atuando nas instituições de ensino superior

manente e recompensa salarial; salário adequado à formação exigida e ambiente de trabalho apropriado além de políticas permanentes focadas na formação profissional.

A formação de bons profissionais para o magistério do nível básico precisa igualmente de excelentes professores atuando nas instituições de ensino superior.

Salário bom não é garantia, mas é a porta de entrada e o caminho para a permanência dos bons profissionais. As instituições de ensino não podem ser lugar de passagem. Não é lugar para fazer “bico”, complementar renda, alternativa para o desemprego. Deve ser espaço privilegiado de trabalho apaixonado, dedicado, articulado com os projetos de desenvolvimento social, comprometido com a democracia, a inclusão social, a liberdade, a proteção do meio ambiente, a ciência. Profissionais atentos a qualquer forma de discriminação, formando para a convivência solidária, o respeito às diferenças e à paz.

Se isso faz diferença, se isso é importante para a construção de um país para todos, então os professores são essenciais e se são essenciais, devem ser bem remunerados e respeitados.



Professores são essenciais e se são essenciais, devem ser bem remunerados e respeitados



LÚCIO OLÍMPIO DE CARVALHO VIEIRA

Diretor do PROIFES-Federação, ex-presidente da ADUFRGS-Sindical



Filiados e membros da diretoria no Ato Unificado de 1º de Maio

Recomposição salarial e **luta por valorização**

ADUFRGS-Sindical participou do processo de negociação que garantiu reajuste de 9% e segue na luta pela recomposição.

SIMONE RAMOS

LETÍCIA CASTRO

Após anos sem diálogo entre as entidades representativas dos servidores públicos e o Governo Federal, foi instalada em fevereiro uma mesa de negociação da qual fez parte o PROIFES-Federação e sindicatos filiados, entre eles a ADUFRGS-Sindical. A partir desse processo, que envolveu consulta aos professores, foi aprovado pelo Congresso Nacional, em 26 de abril, o Projeto de Lei 02/2023, que ajusta o orçamento e garante o aumento salarial dos trabalhadores do serviço público federal.

O reajuste de 9% negociado com o Governo Federal entrou em vigor em maio, com efeitos financeiros a contar de 1º de junho. A negociação também permitiu

a atualização do auxílio-alimentação, que passou a ter o valor de R\$ 658 a partir de maio.

O presidente da ADUFRGS-Sindical, Jairo Bolter, destacou a mobilização dos sindicatos, “que não mediram esforços” na mesa de negociação. A reposição recupera parte das perdas, que chegaram a 43%.

Bolter defendeu a continuidade das negociações. “Queremos avançar na construção de uma carreira que valorize ainda mais o corpo docente das nossas instituições federais de ensino. Temos uma série de assuntos que dizem respeito à nossa vida profissional que envolvem não só as professoras e os professores como as universidades e institutos federais como um todo. Seguiremos na luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade”, ressaltou.

ATO UNIFICADO DE 1º DE MAIO

Professoras e professores filiados da ADUFRGS-Sindical fortaleceram a luta em defesa da educação pública e por melhores condições de trabalho, durante ato unificado e cultural da CUT e demais centrais sindicais, no Dia da Trabalhadora e do Trabalhador, 1º de Maio, na Praça da Júlio Mesquita, na Usina do Gasômetro, em Porto Alegre.

A diretoria do Sindicato foi representada pelo presidente Jairo Bolter, a diretora de Secretaria, Regina Witt, e a diretora de Assuntos de Aposentadoria e Previdência, Mariliz Guterres.

A professora Mariliz saudou todos os trabalhadores, especialmente da educação e cientistas. “Estamos, inclusive, fazendo uma campanha sobre o papel do professor na reconstrução do País e pedimos a todos que se unam a nós nessa luta”, afirmou a diretora, com fala endossada pelo presidente.

O ato unificado trouxe diferentes shows e reuniu centenas de pessoas. Na pauta, estiveram as principais pautas da classe trabalhadora: trabalho decente, renda, direitos, juros baixos, revoga Novo Ensino Médio e democracia.

LEIA MAIS



Acesse aqui as novas tabelas salariais

Comemore conosco os 45 anos da ADUFRGS-Sindical



Hique Gomez apresenta sua saga sborniana para a ADUFRGS-Sindical



SERVIÇO

- ▶ **O quê:** 45 Anos da ADUFRGS-Sindical com Sbornia Kontratracka
- ▶ **Data:** 16 de junho
- ▶ **Horário:** sexta-feira, 19h30min. Duração do espetáculo: 1h30min. Classificação Livre
- ▶ **Local:** Teatro Dante Barone (Praça Mal. Deodoro, 101, Assembleia Legislativa do RS)
- ▶ **Ingressos:** filiadas e filiados retiram gratuitamente na sede da ADUFRGS-Sindical

Para celebrar seus 45 anos, a ADUFRGS-Sindical decidiu comemorar com filiadas e filiados de maneira inédita: oferecendo um espetáculo cênico e musical que, assim como o Sindicato, faz parte da história do RS. “Sbornia Kontra`Atracka”, continuação da saga sborniana “Tangos e Tragédias”, um clássico que ficou em cartaz durante 36 anos no Theatro São Pedro. A apresentação de Hique Gomes e convidados tem classificação livre. A celebração acontece dia 16 de junho, às 19h30min, no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa do RS (Praça Mal. Deodoro, 101).



**ACOMPANHE AS
PRÓXIMAS ATRAÇÕES
EM NOSSO SITE
E NAS NOSSAS
REDES SOCIAIS**



Filiado, agende seu atendimento jurídico na ADUFRGS-SINDICAL

QUARTAS-FEIRAS, DAS 9H ÀS 12H: CAUSAS TRABALHISTAS
QUINTAS-FEIRAS, DAS 9H ÀS 12H: CAUSAS PREVIDENCIÁRIAS

AGENDE PELO TELEFONE (51) 3228-1188

Atendimentos na sede da rua Barão do Amazonas, 1581



Filiado, agende seu atendimento jurídico na ADUFRGS-SINDICAL

QUINTAS-FEIRAS, DAS 14H ÀS 17H: CAUSAS CÍVEIS

AGENDE PELO TELEFONE (51) 3228-1188

Atendimentos na sede da rua Barão do Amazonas, 1581



PODCAST

Acompanhe o
PODCAST DA ADUFRGS
pelo Spotify e Youtube



ADUFRGS-Sindical



CanalADUFRGS

XIX Encontro Nacional acontece em julho

Em Salvador, PROIFES-Federação vai debater com sindicatos filiados a luta contra a privatização da educação, reestruturação sindical, desafios e valorização dos docentes das universidades e institutos federais.

O PROIFES-Federação realiza de 19 a 21 de julho, em Salvador, na Bahia, o seu XIX Encontro Nacional. A ADUFRGS-Sindical, mais uma vez, contará com uma grande delegação.

Esta edição acontece em um novo momento do cenário educacional brasileiro e irá abordar temas como a luta contra a privatização da educação, reestruturação sindical e os desafios do momento bem como a valorização dos docentes das universidades e institutos federais.

O evento reunirá observadores, convidados, palestrantes e representantes da diretoria e delegações de todos os sindicatos federados ao PROIFES na capital baiana. Os debates serão distribuídos em quatro eixos.

EIXOS

- ▶ **Eixo I** – PNE – Enfrentamento da questão pública x privado: mercantilização e disputa ideológica;
- ▶ **Eixo II** – “Desafios do Movimento Sindical frente ao novo governo”
- ▶ **Eixo III** – “Reestruturação sindical e o futuro do PROIFES-Federação”
- ▶ **Eixo IV** – “Carreira, salários, previdência, condições de trabalho e democracia interna das IFs”

Segundo o presidente do PROIFES-Federação, Nilton Brandão, “os Encontros Nacionais do PROIFES são um espaço de discussão política, que auxiliam e

contribuem para traçar diretrizes de atuação da Federação para o próximo período”. Brandão também lembrou que esta edição acontece em um momento especial da conjuntura política e social brasileira. “Voltamos a atuar dentro de um cenário democrático e com diálogo com o governo. Nossa luta sempre será pela valorização da educação pública e dos nossos docentes” afirmou.

CALENDÁRIO

- ▶ **06 a 12/5** - Inscrição de delegadas e delegados da ADUFRGS
- ▶ **15 a 29/5/2023, até às 12 horas** - Eleições de delegadas e delegados da ADUFRGS
- ▶ **15/5 a 02/6/2023** - envio de textos ao PROIFES
- ▶ **19 a 21 de julho** - XIX Encontro Nacional, em Salvador

Textos para o encontro devem ser apresentados em formato DOCX (documento do Microsoft Word), fonte Arial Narrow, tamanho 12, espaçamento 1,0, com no máximo 3 laudas, tema, título, nomes dos autores, instituições e sindicatos, de acordo com o template a ser disponibilizado pelo PROIFES-Federação. O conteúdo deverá conter clareza na exposição da argumentação e a apresentação pontual das propostas.

A programação preliminar foi divulgada pela Federação e atualizações podem ser consultadas no site da entidade, assim como o estatuto do evento.



19 de julho - quarta-feira

19h30
Abertura

20 de julho - quinta-feira

9h

Mesa Internacional - Lançamento da campanha contra a privatização da educação

10h30

Eixo 1: PNE - enfrentamento da questão pública x privado: mercantilização e disputa ideológica

14h

Eixo 2: Desafios do Movimento Sindical frente ao novo governo

21 de julho - sexta-feira

9h

Eixo 3: Reestruturação sindical e o futuro do PROIFES-Federação

14h

Eixo 4: Carreira, salários, previdência, condições de trabalho e democracia interna das IFs

18h

Encerramento





CANAIS



@ADUFRGSSINDICAL



@ADUFRGSSINDICAL



@ADUFRGSSINDICAL



CANAL ADUFRGS

PODCAST
ADUFRGS-SINDICAL